

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

1.1 O presente Termo de Referência tem por finalidade **CREDENCIAMENTO** de empresa prestadora de serviços de transporte por guincho para recolhimento de veículos como medida administrativa pelo cometimento de infrações de trânsito aos pátios de guarda e custódia da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém - SeMOB, nos termos da legislação aplicável e em conformidade com as exigências e condições estabelecidas nesse Termo de Referência e seus anexos.

### **2. JUSTIFICATIVA**

2.1. O **CREDENCIAMENTO** será regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; Lei nº 4.282, de 14 de dezembro de 2012, bem como pelas normas deste Termo e seus anexos, além da legislação que rege a espécie.

2.2. Justifica-se o atendimento deste processo por **CREDENCIAMENTO**, haja vista que a demanda será melhor atendida pela contratação do maior número de interessados possível considerando que o objeto do presente versa sobre atividade finalística de fiscalização desta SeMOB, sendo esse serviço essencial à Administração.

2.3. Além disso, destaca-se a conveniência da Administração na busca da prestação do serviço mais eficiente quando prestado por número ilimitado de interessados.

2.4. Portanto, senão inviável ou pouco recomendável, é ao menos desnecessária a competição entre as empresas, sobretudo porque, na realidade do recolhimento de veículos, quanto mais disponibilidade de serviço melhor, mormente quanto considerado que pelo modo de remuneração das empresas, através de preços públicos (taxas de recolhimento), o aumento da oferta de sua prestação não significará maior dispêndio de recursos para a SeMOB ou para a população, tendo em vista que é o usuário direto do serviço quem paga pela sua prestação.

### **3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

3.1. O serviço e descrição dos equipamentos que impõe este **CREDENCIAMENTO** deverão observar rigorosamente as especificações técnicas constantes no **ANEXO I** do presente TR.

### **4. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

4.1. O contrato terá sua vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que configurada a vantajosidade, nos termos do que determina o art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

## 5. ESTIMATIVA DE CUSTO/DOTAÇÃO

5.1. Não há dotação orçamentária, pela inexistência de gasto da Administração Pública.

## 6. DOS CUSTOS COBRADOS DOS PROPRIETÁRIOS PELO SERVIÇO

6.1 A SeMOB é o órgão responsável pela fixação do preço do serviço de guinchamento, devendo a CREDENCIADA informar ao proprietário, ou ao condutor, o valor constante da tabela.

6.2. O usuário, proprietário ou condutor do veículo removido pagará pelo serviço através de boleto emitido pela SeMOB.

6.3 A Resolução nº 003/2013 – CONDEL/AMUB, Decreto Municipal nº 79.464/2013, Portaria nº 0010/2020-SEMOB, estabelecem os valores que devem ser cobrados por remoção de veículos, no âmbito do Município de Belém, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
VEÍCULO DE PASSEIO, MOTOS E KOMBI	R\$ 193,20
VEÍCULO CAMIONETE EM GERAL	R\$ 252,63
VEÍCULO VAN ATÉ 16 LUGARES	R\$ 252,63
MICROÔNIBUS	R\$ 252,63
ÔNIBUS	R\$ 1.411,78
CAMINHÃO SEM CARGA	R\$ 1.411,78
CAMINHÃO CARREGADO	R\$ 1.411,78

6.4 O valor das taxas de prestação dos serviços de remoção dos veículos, deverão estar afixadas em local visível ao público na SeMOB e nos Postos de Atendimento, sendo atualizada sempre que sofrer alteração.

6.5 Para prestação do serviço de exploração de remoção a remuneração se dará no percentual de 15% (quinze por cento) para a SeMOB e 85% (oitenta e cinco por cento) para a Empresa Credenciada, calculados sobre o preço previsto na tabela acima.

## 7. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

7.1 Certificado de Registro e Licenciamento atualizado dos veículos exigidos para a prestação dos serviços de guinchamento;

7.2 Apólice de seguro vigente dos veículos exigidos para a prestação dos serviços de guinchamento;

7.3 Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove aptidão da interessada para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento;

7.4 A empresa interessada deverá comprovar possuir escritório, sede ou filial ou representação na Região Metropolitana de Belém, informando o responsável, endereço e telefone fixo ou celular para atender 24 horas a quaisquer necessidades da SEMOB/PMB, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que porventura venham a ocorrer no contrato de prestação de serviços, comprometendo-se em mantê-la durante toda a vigência contratual, a fim de realizar a eficaz supervisão e execução do contrato.

7.5 As interessadas serão vistoriadas pela Comissão Especial de Credenciamento da SeMOB, que deverá emitir **RELATÓRIO TÉCNICO** sobre o atendimento das **ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS** exigidas no **ANEXO I** do Termo de Referência.

## **7.6. DAS DECLARAÇÕES**

7.6.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo para sua habilitação;

7.6.2 Declaração que não possui entre os dirigentes, gerentes e sócios, pessoa com mandato eletivo, ou que seja servidor da administração pública federal, estadual ou municipal;

7.6.3 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; menor de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e, somente a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei Federal nº 9.854/99);

7.6.4 Declaração de que possui disponibilidade de recursos humanos, equipamentos e infraestrutura, todos em perfeito estado de conservação e funcionamento, para prestação dos serviços.

## **8. DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**

8.1 Transporte de veículos autuados pela SeMOB e removidos ou apreendidos, através de guinchos (pesado ou leves) para os pátios de guarda e depósito credenciados na SeMOB.

8.2 Estão compreendidos no escopo dos serviços as tarefas descritas a seguir:

a) Serviços de apoio logístico a operação e fiscalização de trânsito e transporte, considerando o Código de Trânsito Brasileiro, as condições das documentações dos veículos e condutores, as condições de segurança veicular a regularidade de prestação de serviços públicos autorizados no Município e nos distritos de Belém/PA.

b) As credenciadas deverão disponibilizar, para a prestação dos serviços, guinchos com operador e ajudante para a remoção de veículos aos pátios de guarda e depósito credenciados à SeMOB.

8.3 O tempo máximo para o atendimento a uma chamada será de 60 (sessenta) minutos sendo considerado esse período a partir da comunicação da Central de Operações de Guincho.

8.4. Durante o período da prestação dos serviços ocorrerá a informatização do processo de chamada e controle de fila de guinchos, e será implementado conforme avaliação prévia acerca dos custos e demais fluxos eletrônicos necessários para completa implementação, entre Credenciada e Contratante.

8.5. Caso a CREDENCIADA não atenda à chamada no tempo estabelecido não apresentando justificativa a SEMOB poderá chamar a próxima credenciada da lista para executar o serviço, respeitando os critérios estabelecidos na cláusula 11.

8.6 Os veículos devem ficar à disposição da SeMOB as 24 horas do dia em todo período contratado, sendo executado aos sábados domingos e feriados e em todos os dias da semana.

8.7 As CREDENCIADAS deverão possuir um sistema de comunicação via rádio disponibilizado e possibilitando a comunicação entre a referida Central de Operações de Guincho com os agentes em operação, além de telefones fixos e celulares 24 horas por dia.

8.8 Os veículos deverão ter pintura na cor branca e com identificação adesivada ou similar nas portas a critério da SeMOB.

8.9 Os guinchos utilizados pelas CREDENCIADAS devem ser de sua comprovada propriedade ou posse que deve ser comprovada através de instrumento particular com vigência de no mínimo 2 (dois) anos.

8.10 Os guinchos utilizados pelas CREDENCIADAS devem possuir seguro contra acidentes e outros incidentes relacionados a estes aos veículos guinchados e terceiros.

8.11 O monitoramento por GPS e ser disponibilizado o sistema a SeMOB para monitoramento.

8.12 As CREDENCIADAS deverão fornecer o termo de remoção de veículos (TRV) nos padrões definidos pela SeMOB.

8.13 As CREDENCIADAS deverão dispor de lacre de inviolabilidade que será utilizado pelo operador de guincho antes das remoções dos veículos.

8.14 As CREDENCIADAS deverão dispor de uma câmera digital por guincho com resolução apta a captar com nitidez os registros de imagens da operação do guinchamento após o lacre do veículo, que deverá ser feita pelo operador sob supervisão do agente de trânsito

8.15 A credenciada quando acionada pela SEMOB providenciará a execução dos serviços extraordinários quais sejam:

8.15.1. – remoção de veículos para a desobstrução de vias, decorrentes de acidentes ou outros problemas extraordinários;

8.15.2 – movimentação de veículos que estejam prejudicando a execução de obras públicas.

## **9. DO SERVIÇO DE MONITORAMENTO (GPS) E ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE GUINCHO (GESTÃO POR SOFTWARE)**

9.1 A credenciada deverá implantar, operar e gerenciar um sistema informatizado, apoiado em banco de dados, para a gestão integrada dos processos envolvendo veículos guinchados, promovendo confiável demonstração de informações sobre o serviço operado, além de boa e eficiente interação com a SeMOB e os usuários dessa plataforma digital;

9.2 Os veículos de guincho deverão ser monitorados por GPS e possuírem câmeras digitais que registrem toda a operação de guinchamento, com imagens disponíveis para avaliação da SeMOB por até 90 dias, bem como o órgão deverá ter total acesso ao sistema de localização dos veículos de guincho.

## **10. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1 O serviço será prestado no Município de Belém/PA, havendo situações em que determinadas localidades deverão ser acessadas através de outros Municípios, como por exemplo, o Distrito de Mosqueiro.

10.2 Para a perfeita execução dos serviços, a **CREDENCIADA** deverá se utilizar dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias para a realização dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

## **11. DA SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO**

11.1 Caso haja mais de uma empresa CREDENCIADA, a operação obedecerá o sistema de rodízio respeitando períodos iguais de operações para cada uma das credenciadas para fixar uma sequência a ser obedecida para a prestação do serviço;

11.2 A requisição do serviço junto à empresa credenciada, só poderá ser efetuada por servidor (es) da SEMOB, previamente determinados para o controle das Operações de Guincho, através da Central de Operações de Guincho.

11.3 Os agentes de fiscalização de trânsito e/ou de transporte deverão acionar a Central de Guincho da SEMOB, o qual fará as chamadas respeitando a ordem preestabelecida, através da lista de credenciados, garantindo-se assim, um tratamento igualitário aos credenciados.

11.4 Em hipótese alguma será permitida a prestação do serviço de guinchamento de veículo apreendido por empresa que não seja credenciada pela SEMOB.

11.5 Tendo em vista que no período de 90 (noventa) dias interessados poderão se Credenciar; ocorrendo credenciamento após a realização do sorteio que estabeleceu a sequência fixa a ser obedecida, será o novo credenciado adicionado ao final da lista.

## **12. RESPONSABILIDADES DA CREDENCIADA**

12.1 – As credenciadas deverão executar os serviços, objeto deste Credenciamento obedecendo ao seguinte:

- a) Informar em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite e assumir as atividades conforme o estabelecido;
- b) Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, empregados necessários à execução do serviço, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregador;
- c) Apresentar, a comprovação do recolhimento de FGTS, INSS e CNDT, do pagamento do salário, referente a seus empregados;
- d) Dispor de pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, greve, demissão e outros análogos obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- e) Selecionar e treinar os empregados que vão prestar os serviços, encaminhando indivíduos portadores de atestado de boa conduta e demais referencias, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- f) Manter os funcionários munidos de todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em quantidade suficiente e em



perfeitas condições de uso, bem como, tudo que se fizer necessário ao bom desempenho da função, inclusive EPIs (equipamento de proteção individual), devendo os danificados ou fora de uso ser substituídos espontaneamente pela Credenciada ou mediante a solicitação do Fiscal da SeMOB;

- g) Os equipamentos e EPIs devem ser de categoria profissional;
- h) Manter preposto, aceito pela administração da SeMOB, durante o período de vigência do credenciamento, para representá-la sempre que for necessário;
- i) Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciário, securitários, taxas, impostos e quaisquer outro que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto deste credenciamento;
- j) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano e/ou prejuízos que vier a causar à SeMOB ou a terceiros;
- k) Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências destas espécies, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da SeMOB;
- l) Cumprir as determinações formais ou instruções complementares da SEMOB, quando assim instruída, obedecendo às normas desse termo;
- m) Cumprir todas as orientações da SeMOB, para o fiel desempenho das atividades inerentes ao serviço objeto deste credenciamento;
- n) Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto a SeMOB ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;
- o) Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílio, objetivando a correta execução dos serviços;
- p) Providenciar sempre que necessário, a manutenção corretiva de equipamentos para a solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de serviços;
- q) Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da SEMOB;
- r) Manter, durante a prestação dos serviços contratados, objeto do presente Credenciamento, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- s) A credenciada estará obrigada a garantir 90% de disponibilidade da frota responsável pela operação durante a vigência do contrato sob pena de aplicação de multa ou penalidade contratual.

### **13. RESPONSABILIDADES DA CREDENCIANTE**

São obrigações da SeMOB:

13.1 Proporcionar todas as facilidades para que as credenciadas possam cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas;

13.2 Rejeitar os serviços cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes do Anexo deste TR;

13.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou gestor, designado para este fim, de acordo com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

13.4 Designar comissão ou servidor, para proceder à avaliação do serviço que compõe o objeto deste termo;

13.5 Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes do serviço que compõe o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

13.6 Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para ajustes e/ou substituições dos produtos permanentes que compõem o objeto deste termo.

## **14. DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO**

14.1 A remuneração pelos serviços de remoção de veículos a título de medida administrativa por ocasião de cometimento de infração de trânsito descritas em regulação específica já indicada no referido termo, se dará da seguinte forma:

a) No 3º dia útil subsequente ao mês do serviço prestado, será emitido relatório de faturamento do sistema informatizado oficial utilizado para controle do fluxo de veículos, por parte da Contratada, e o mesmo será circularizado para a Contratante, sob título de Relatório Mensal de Faturamento.

b) A Contratante validará/revisará o referido relatório, de forma a garantir a adequada remuneração confirme os índices já indicados nesse Termo de Referência;

c) Caso o Relatório de Faturamento seja aprovado pela contratante, o mesmo será encaminhado à contratada com a autorização para a emissão da Nota Fiscal (Fatura), contra a Contratante, respeitando os percentuais já indicados no referido termo, respeitando as zonas (anexo). A Nota Fiscal Fatura percorrerá o processamento normal relativo às fases da despesa pública, até que se conclua com o pagamento.

d) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias subsequentes à realização dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal (Fatura) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

## **15. DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Após homologado o Credenciamento, a CONTRATANTE convocará a empresa credenciada para assinatura do contrato ou instrumento contratual, dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis, sob pena de decair à contratação, sem prejuízo das sanções constantes neste Termo de Referência e do previsto no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e art.49 do Decreto Federal nº 10.024/19.



15.2. A recusa injustificada da empresa credenciada em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

15.3. O prazo para recebimento na Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela empresa credenciada vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.4. A emissão da Nota de Empenho está condicionada à verificação da regularidade da habilitação parcial da empresa credenciada no SICAF.

## 16. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. Nos termos do art. 58, III combinado com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

16.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93;

16.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto, a associação da CREDENCIADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o CREDENCIANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

## 18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CREDENCIADA com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e

haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

19.1. O contrato para prestação do serviço objeto deste termo terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme dispõe a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

19.2. A CONTRATADA poderá, a critério de seus administradores, solicitar processo de renovação do contrato mediante apresentação da documentação necessária para renovação em processo a ser protocolado com no mínimo 60 (sessenta) dias antes do seu vencimento.

19.3. No caso da CREDENCIADA não respeitar o prazo do item 19.2, darão continuidade ao serviço as demais credenciadas.

## **20. DO DESCREDENCIAMENTO ESPONTÂNEO**

20.1. A CREDENCIADA poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciados através de requerimento protocolado, endereçado ao Diretor-Superintendente da SeMOB/PMB, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do encerramento de suas atividades enquanto credenciada, sob pena de apuração de responsabilidade.

## **21. DA FISCALIZAÇÃO**

21.1. A SeMOB, através da Diretoria de Trânsito - DTR fiscalizará as atividades previstas neste termo, utilizando-se de todos os meios administrativos e legais necessários para este fim, obrigando-se a CREDENCIADA a atender e permitir livre acesso às suas dependências, oportunizando e fornecendo todas as informações aos servidores em supervisão, fiscalização e serviços de auditoria realizados e autorizados pela SeMOB/PMB.

## **22. DAS PENALIDADES**

22.1. Pela inexecução total ou parcial dos serviços, ou por infração de quaisquer das cláusulas constantes no Contrato de Credenciamento, a SeMOB poderá, respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

22.2.

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) Rescisão do Contrato de Credenciamento nas hipóteses legais;

22.2. Incorre nas mesmas penas previstas supra a credenciada que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por prática ou emprego de meios dolosos para fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;
- b) Tenha praticado ilicitude visando frustrar ou perturbar objetivos da ou a própria licitação, inclusive a prática de litigância de má-fé;
- c) Demonstre ser inidôneo para contratar com a SeMOB em virtude de ilícito praticado.

22.3 Em aplicação de quaisquer penalidades será concedida à Credenciada o contraditório e ampla defesa.

22.4 O Contrato de Credenciamento poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, e nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprir qualquer obrigação avençada no instrumento convocatório;
- b) Paralisar os serviços sem justa causa ou sem motivo de força maior.

22.5 Os casos de rescisão do Contrato de Credenciamento serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

### **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

23.1. Os prejuízos ao erário, decorrentes do não cumprimento do disposto neste edital, serão de responsabilidade daquele que deixou de cumprir a rotina de trabalho, e na falha da fiscalização, responderá solidariamente aquele que deveria fiscalizar.

23.2. No ato da liberação do veículo, havendo necessidade de guincho para sua retirada, por razões alheias à Administração este serviço será de total responsabilidade do proprietário do veículo.

23.3. Nas áreas onde houver contrato vigente de prestação de serviço de guincho, somente será possível o credenciamento ao término do contrato.

Em 08 de Setembro de 2020

---

**MARCOS ELIAS MENDES DAS CHAGAS**  
Presidente da Comissão Especial  
*Matrícula 0173134-050*

---

**WANDERSON BRITO ALVES**  
Membro da Comissão Especial  
*Matrícula 0341240-010*

---

**JÚLIO VICTOR DOS SANTOS MOURA**  
Membro Da Comissão Especial  
*Matrícula 0001716-085*

---

**GILBERTO FELIPE BARBOSA JÚNIOR**  
Diretor- Superintendente  
**ANEXO - I**

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	RECURSO HUMANO	QTD
01	GUINCHO PESADO	- Veículos com até 08 (oito) anos de fabricação com capacidade superior a 15 toneladas e adaptações necessárias. - Direção hidráulica original de fábrica e Ar condicionado.		2

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Chassi : tipo super pesado com torre apropriado para içamento arraste e levante.</li> <li>- Capacidade mínima de carga útil 15 ( quinze) toneladas.</li> <li>- Sistema de engate rápido localizado na traseira do guincho para a transferência de energia.</li> <li>- 02 (dois) jogos de mangueiras para freio com engate rápido e “mão de amigo”</li> <li>- Capacidade de carga com rebocador recolhido mínimo de 10.000 kg.</li> <li>- Capacidade de arraste mínimo de 45.000 KG.</li> <li>- Capacidade de carga na lança superior 20.000 recolhido</li> </ul>	<p>- Equipe:</p> <p>01 (um) motorista operador e 01 (um) ajudante por turno com CNH compatível com o equipamento</p>	
02	GUINCHO LEVE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Veículos com até 05 (cinco) anos de fabricação com capacidade superior a 3,5 toneladas e adaptações necessárias.</li> <li>- Direção hidráulica original de fábrica e ar condicionado.</li> <li>- Chassi tipo – normal com plataforma deslizante específica e sistema de “asa delta“ hidráulica na parte traseira.</li> <li>- Capacidade mínima de carga útil da plataforma de 3.500 KG.</li> <li>- Sistema de engate rápido, localizado na traseira do guincho para transferência de energias.</li> <li>- Guincho hidráulico completo com capacidade de carga para 3.000 Kg, com 25 metros de cabo de aço.</li> <li>- Garfo hidráulico posterior (asa delta) com capacidade para 1.500 Kg. Com função de elevação para recuperação e transporte de um segundo veículo.</li> </ul>	<p>- Equipe:</p> <p>01 (um) motorista operador e 01 (um) ajudante por turno com CNH compatível com o equipamento</p>	4

---

**MARCOS ELIAS MENDES DAS CHAGAS**

Presidente da Comissão Especial  
*Matrícula 0173134-050*

---

**WANDERSON BRITO ALVES**

Membro da Comissão Especial  
*Matrícula 0341240-010*

---

**JÚLIO VICTOR DOS SANTOS MOURA**

Membro Da Comissão Especial  
*Matrícula 0001716-085*

**GILBERTO FELIPE BARBOSA JÚNIOR**

Diretor- Superintendente